

Balanço SIMPLEX

ID		DATA PREVISTA	MINISTÉRIO PROPONENTE	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS	REPROGRA-MAÇÃO	ESTADO	NOTA COMPLEMENTAR
198	Melhorar a prestação de serviços dos Centros de Formalidades das Empresas e disponibilizar um conjunto mais vasto de serviços às empresas, numa lógica integrada, por via do alargamento de competências e do reforço do princípio do <u>balcão único</u> .	Março	MEI	MTSS MJ MFAP	Outubro	●	Medida parcialmente cumprida. O novo diploma encontra-se em preparação considerando a alteração ocorrida na gestão dos CFE's no âmbito do PRACE
210	Interface informático entre a Segurança Social e o Ministério das Finanças, para troca de informação relativa ao início e cessação de actividade dos trabalhadores independentes e das empresas, dispensando estas entidades deste requisito junto da <u>segurança social</u> .	Março	MTSS	MFAP		●	Interface informático concluído, embora com aplicação restrita à empresa na hora e empresa on-line
213	Possibilitar aos cidadãos o requerimento de algumas prestações sociais e pensões de reforma pela Internet, através do serviço "Segurança Social Directa".	Março	MTSS			●	Disponível através de www.seg-social.pt
214	Possibilitar aos cidadãos, através do serviço "Segurança Social Directa", o pedido de declaração da situação contributiva pela Internet, através do serviço "Segurança Social Directa".	Março	MTSS			●	Disponível através de www.seg-social.pt
215	Possibilitar aos contribuintes da Segurança Social a alteração de morada pela Internet, através do serviço "Segurança Social Directa".	Março	MTSS			●	Disponível através de www.seg-social.pt
216	Disponibilizar um simulador de pensões com base nos dados residentes no Sistema de Informação da Segurança Social pela Internet, através do serviço "Segurança Social Directa".	Março	MTSS			●	Disponível através de www.seg-social.pt
220	Transferir a competência da verificação do requisito da involuntariedade do desemprego para o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), evitando que o beneficiário tenha de cumprir as obrigações de exibição e entrega de prova documental em duas entidades distintas. A informação passará a ser transmitida electronicamente à Segurança Social conjuntamente com os restantes requisitos cuja verificação já integra as competências do IEFP.	Março	MTSS			●	Concretizada pelo despacho MTSS n.º 8920/2006, de 20.04.06
227	Disponibilizar, no sítio Internet do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a todos os desempregados inscritos nos Centros de Emprego, formulário electrónico para requerer a emissão de declaração comprovativa da situação de desempregado inscrito no Centro de Emprego, para fins de redução de rendas de casa em habitações sociais.	Março	MTSS			●	Disponível através de www.netemprego.pt
228	Disponibilizar, no sítio Internet do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a todos os desempregados inscritos nos Centros de Emprego, formulário electrónico para requerer a emissão de declaração comprovativa da situação de desempregado inscrito no Centro de Emprego para efeitos de apresentação de pedidos de apoios no acesso ao Direito e Tribunais.	Março	MTSS			●	Disponível através de www.netemprego.pt
231	Facilitar acções e actividades essenciais ao desenvolvimento das populações residentes em áreas de Reserva Ecológica Nacional, designadamente a construção de instalações de apoio às explorações agrícolas e de turismo rural, com salvaguarda dos valores ecológicos protegidos, procurando articular e harmonizar o equilíbrio ecológico e com o desenvolvimento das populações nas áreas de Reserva Ecológica Nacional.	Março	MAOTDR			●	Aprovado em CM de 8.06 o DL que altera o DL 93/90, de 19 de Março
239	Eliminação do parecer da Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional nos processos de licenciamento de cemitérios: de edificações situadas nas zonas de protecção de edifícios públicos e de edificações ao longo das estradas nacionais não classificadas no Plano Rodoviário Nacional.	Março	MAOTDR	MS		●	Aprovados em CM de 29.06, na generalidade: DL que altera o Decreto n.º 44200 de 3.3.62; DL que altera o DL 13/71 de 23.1 DL que revoga o Decreto n.º 21875 de 18.11.32
249	Desagruar, formalmente, na sequência da adopção do processo de Bolonha, a portaria de alteração do plano de estudos no ensino superior, em despacho do <u>Reitor ou do Presidente de Instituto Politécnico</u> .	Março	MCTES			●	Medida concluída através do D.L. n.º 74/2006, de 24.03
271	Simplificar a emissão de parecer sobre as propostas de delimitação ou alteração da REN com vista à sua aprovação pelo Governo. A CNREN aprovou e apresentou à tutela uma proposta de procedimentos tendente a aumentar a fiabilidade, objectividade e uniformidade de procedimentos.	Março	MADRP	MAOTDR	Julho	●	Cumprida a proposta de harmonização do ponto de vista do MADRP, encontrando-se em revisão no MAOTDR
	Março	13			1		

ID		DATA PREVISTA	MINISTÉRIO PROPONENTE	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS	REPROGRA-MACÃO	ESTADO	NOTA COMPLEMENTAR
119	Permitir a entrega das declarações relativas ao início, alteração e cessação de actividade de pessoas colectivas, via Internet e dispensar a deslocação dos contribuintes ao Serviço de Finanças, aproveitando a informação fornecida on-line pela Conservatória do Registo Comercial (processo a iniciar com a "empresa na hora")	Abril	MFAP	MJ		●	Processo iniciado com a criação da empresa on-line, a partir de 30.06
159	Eliminar a obrigatoriedade de instrução do requerimento de candidatura, ou de actualização, a instrutor de condução com fotocópias do bilhete de identidade e/ou da licença de instrutor. Substituir o processo de autorização por curso de formação por uma credenciação anual de cursos, a cargo de entidades formadoras.	Abril	MAI			●	Concluída pelo ofício circular n.º 9116 de 04.05.06, da DGV
200	Permitir a consulta, gratuita e on-line, de sinais de marca e de outros sinais distintivos registados e disponíveis e também a consulta sobre invenções e design protegidos.	Abril	MEI			●	Disponível através de www.inpi.pt
201	Permitir o acompanhamento, gratuito e on-line, de todos os requerimentos de marcas, patentes e design que entrem no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.	Abril	MEI			●	Disponível através de www.inpi.pt
221	Generalizar a aceitação de documentos probatórios digitalizados, com certificação do emissor, para a instrução de processos, designadamente processos de atribuição de prestações, definindo um adequado regime sancionatório.	Abril	MTSS			●	Disponível através de www.seg-social.pt
258	Eliminar a intervenção do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no processo de aprovação de alterações orçamentais das instituições públicas de ensino superior e de ciência e tecnologia.	Abril	MCTES			●	Medida executada através dos despachos 8932/2006 e 8993/2006, de 20 de Abril
	Abril	6			0		
151	Diminuir o número de actos sujeitos a averbamento em alvará de escola de condução. Passarão a estar sujeitos a averbamento apenas os actos que alterem os dados constantes do alvará.	Maio	MAI			●	Concluída pelo ofício circular n.º 8914 e 03.05.06, da DGV
191	Criar um sistema de comunicação on-line com as Câmaras Municipais para todas as fases do processo de licenciamento de empreendimentos turísticos no espaço rural.	Maio	MEI	MAI		●	Concretizou-se através do início da ligação das Câmaras Municipais à DGT desde 28.06.06
250	Desagraduar, formalmente, o despacho ministerial para autorizar a acumulação de funções públicas e privadas em estabelecimentos de ensino superior, em despacho do Reitor ou do Presidente de Instituto Politécnico.	Maio	MCTES			●	Aprovado em CM de 29.06 o DL que concretiza a medida
267	Supressão da intervenção dos serviços centrais do ministério da educação na decisão de equivalência, atribuindo aos estabelecimentos de ensino a competência decisória plena das equivalências de habilitações dos sistemas educativos estrangeiros a cidadãos portugueses e estrangeiros, com base na definição oficial das tabelas	Maio	ME			●	Medida parcialmente cumprida. Foram já publicadas 10 portarias de um conjunto de 40 que são necessárias para dar plena execução à medida
270	Dispensar, no âmbito da intervenção Medidas agro-ambientais, aprovado pela Portaria 1212/2003 de 16 de Outubro, o requisito de formação específica em Protecção Integrada, em Modo de Produção Biológico e a relativa a redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos, sempre que pela análise curricular dos beneficiários das medidas se conclua serem detentores de formação base adequada	Maio	MADRP		n/a	●	A medida não será executada por terem sido suspensas as candidaturas por decisão do MADRP
	Maio	4			0		
2	Disponibilizar, no sítio Internet do Ministério da Justiça, a possibilidade de constituição de empresas on-line.	Junho	MJ			●	Disponível através de www.portaldaempresa.pt
3	Tornar facultativas as escrituras notariais relativas a actos da vida das empresas, deixando de ser necessário acto notarial e bastando o seu registo na Conservatória. Elimina-se o duplo controlo do notário e conservador, tornando facultativa a intervenção notarial, designadamente para a prática dos seguintes actos societários: constituição de sociedade comercial; alteração dos estatutos; aumento e redução do capital social; alteração da firma; do objecto; da sede; fusão; cisão; transformação; dissolução; partilha, divisão e transmissão de quotas; criação de grupo paritário; celebração de contrato de subordinação; aquisição do domínio total...	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
4	Simplificar a actividade dos comerciantes pela eliminação dos encargos burocráticos e financeiros inerentes à manutenção dos livros de inventário, balanço, razão e copiador, actualmente exigidos na escrita comercial. Mantém-se os livros de actas, eliminando-se, porém, a necessidade da sua legalização prévia nas conservatórias.	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
5	Simplificar o processo de fusão e cisão de sociedades. A medida comporta a eliminação de 3 actos de registo nas conservatórias, 4 publicações na III série do DR em papel, 1 escritura pública, 2 publicações em jornal local, e a sua substituição por 2 actos de registo, eventualmente em site web, e 2 publicações em site web por via electrónica	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho

ID		DATA PREVISTA	MINISTÉRIO PROPONENTE	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS	REPROGRA-MACÃO	ESTADO	NOTA COMPLEMENTAR
6	Simplificar o processo de redução do capital social, eliminando a escritura e a intervenção do tribunal no processo.	Junho	MJ			●	Medida parcialmente cumprida. Aprovada a Lei de Autorização Legislativa. O respectivo DL será publicado em Julho.
7	Simplificar o processo de dissolução e liquidação de sociedades. Torna-se facultativa a celebração de escritura pública nos casos de dissolução da sociedade por deliberação dos sócios. É criada a "dissolução e liquidação na hora" de sociedades, desde que se verifique deliberação unânime dos sócios e declaração de que a sociedade não tem activo nem passivo a liquidar. Estabelecem-se causas de dissolução oficiosa de sociedades (por iniciativa do Estado). Consagra-se um procedimento administrativo para a dissolução e liquidação de sociedades da competência das Conservatórias eliminando-se, salvo alguns casos de liquidação, a necessidade de intervenção do tribunal e de instauração da respectiva acção judicial.	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
9	Eliminar actos de registo, designadamente, a autorização para que se mantenha na firma social o nome ou apelido do sócio que se retira ou faleça; o registo da aprovação do projecto de fusão e o registo da aprovação do projecto de cisão.	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
11	Transformar registos "normais" em registos por declaração do depósito. Esta medida será aplicável, entre outras situações, à deliberação de aquisição de bens a sócios pela sociedade, à deliberação de amortização/conversão de acções, à emissão de obrigações por oferta particular e ao mandato comercial.	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
12	Atribuir mais competências em matéria de registos, a ajudantes e escriturários das Conservatórias.	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
13	Alargar as competências de autenticação de documentos e de reconhecimentos de assinaturas. Conservatórias, advogados, solicitadores e câmaras de comércio e indústria passam a poder autenticar documentos e a efectuar reconhecimentos presenciais. As Conservatórias passam também a poder fazer reconhecimentos por semelhança e na qualidade.	Junho	MJ			●	DL 76/A de 29 de Março de 2006 entrou em vigor no dia 30 de Junho
109	Disponibilizar, no sítio Internet do Ministério da Justiça e no âmbito do projecto "Empresa na Hora", formulário electrónico para adesão plena e imediata aos centros de arbitragem do consumo.	Junho	MJ			●	Disponível em www.mj.gov.pt
110	Disponibilizar, no sítio Internet do Ministério da Justiça, formulário electrónico para a celebração automática de convenções arbitrais.	Junho	MJ			●	Disponível em www.mj.gov.pt
118	Facilitar as situações em que, por dificuldades financeiras, os contribuintes não têm condições para pagar na íntegra o IRS ou o IRC liquidado. Poderão passar a poder fazê-lo em prestações, sem necessidade de apresentação de garantias no caso do imposto não exceder os 25.000 euros – IRS e 50.000 euros – IRC.	Junho	MFAP			●	Aprovada em CM a 29.06. A medida é dada como cumprida apenas parcialmente devido a alteração nos valores inicialmente propostos que passaram ser, respectivamente, de 2500 e 5000 euros (400 a 500 mil contribuintes potencialmente beneficiados). Serão avaliados os seus efeitos para posterior alargamento desses mesmos valores de modo a que sejam salvaguardados eventuais impactos negativos sobre o controlo do défice orçamental.
120	Dispensar o contacto directo com os serviços, permitindo aceder via Internet aos certificados necessários para recuperação de IVA fora do território português.	Junho	MFAP		Setembro	●	Por razões relacionadas com atrasos verificados na implementação da funcionalidade informática necessária à concretização da medida, não será possível cumprir a mesma em Junho.
134	Desmaterializar as declarações aduaneiras de veículos (DAV) e os DU de Importação, com possibilidade de utilização da Internet para o envio das DAV e DU entre os operadores e os serviços alfandegários.	Junho	MFAP			●	Concretizada pelo Despacho Normativo n.º 02112 de 26.06.06.
146	Eliminar as diligências realizadas junto dos Serviços Regionais e Locais da DGCI para recuperação dos créditos administrados pela Direcção-Geral do Tesouro. A consulta da informação sobre a situação patrimonial e financeira dos devedores será feita directamente nas bases de dados fiscais, imprimindo maior celeridade e menos custos aos devedores, a título de juros de mora.	Junho	MFAP		Dezembro	●	A articulação entre a Direcção-Geral do Tesouro e a Direcção-Geral dos Impostos com vista à implementação da medida está em curso, mas estas Direcções-Gerais ainda se encontram numa fase de análise dos procedimentos necessários à concretização da medida.
171	Identificar e harmonizar os critérios referentes a sistemas de alerta e aviso para acidentes de rotura de barragens, facilitando a compreensibilidade, o acesso e a aplicação de regras e de procedimentos.	Junho	MAI	MAOTDR, MOPTC	Setembro	●	O SNBPC elaborou documento regulador do sistema de Alerta e Aviso de Barragens. Contudo, o Plano de Emergência ou Sistema de Aviso não estará pronto a ser aplicado uma vez que, de acordo com artigo 8º, n.º 3 do Regulamento de Segurança de Barragens, falta ainda a Comissão de Segurança de Barragens emitir o seu parecer.
177	Consolidar toda a legislação relativa à concessão de licenças e autorizações para o exercício das actividades de televisão e de radiodifusão sonora e ao registo da comunicação social.	Junho	MAP			●	Concretizada pela concentração de competências na ERC, por via de vários diplomas em vigor, tendo passado formalmente para o cap IIIº

ID		DATA PREVISTA	MINISTÉRIO PROPONENTE	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS	REPROGRA-MACÃO	ESTADO	NOTA COMPLEMENTAR
179	Transformar o licenciamento prévio obrigatório de estabelecimentos de comércio alimentar e certos estabelecimentos de comércio não-alimentar e de prestação de serviços, num regime de declaração prévia ao exercício da actividade comercial em causa. Articular com o regime jurídico da urbanização e da edificação.	Junho	MEI	MAI, ANMP e MS	Outubro	●	Em sede de trabalhos preparatórios constatou-se que a execução desta medida envolve maior complexidade técnica do que a princípio se julgava, já que é necessário encontrar uma solução apropriada para dar cumprimento ao estipulado em Regulamento Comunitário e compatibilizá-la com os suportes tecnológicos dos demais registos existentes. Preve-se que possa entrar em processo legislativo no decurso do mês de Setembro.
180	Simplificar os procedimentos de consulta/parecer no regime de licenciamento industrial sempre que os projectos sejam validados por entidade acreditada, reduzindo custos e prazos de decisão final, com os inerentes reflexos positivos na criação de emprego e dinamização da actividade económica.	Junho	MEI	MADRP, MAOTDR, MS, MTSS	Julho	●	A fase preparatória desta iniciativa, cuja conclusão se previa para final de Maio, ficou concluída apenas a 23 de Junho, tendo incluído o levantamento das disposições legais aplicáveis no âmbito da Acreditação, os contactos com o IPAC e a estruturação do projecto de iniciativa legislativa. Efectivamente o processo revelou-se mais complexo do que a estimativa inicial, tendo conduzido a um atraso de cerca de um mês.
181	Simplificar o Quadro Nacional de Aplicação do Sistema Comunitário de Atribuição de Rótulo Ecológico	Junho	MEI	MAOTDR, MS, RAA e RAM		●	Concretizada pelo despacho conjunto assinado pelo MEI e MAOTDR em 28.06.06, a aguardar publicação em DR
186	Eliminar a obrigatoriedade de despacho conjunto para reconhecimento do interesse público das instalações eléctricas em áreas ambientalmente protegidas.	Junho	MEI	MAOTDR		●	Concretizada pelo diploma que altera o regime jurídico da REN, aprovado em de CM 08.06, onde as centrais renováveis são excluídas do regime de reconhecimento de interesse público (RIP).
187	Isentar os técnicos responsáveis por instalações eléctricas de serviço particular da obrigatoriedade de inscrição na Administração Central, como acto de acesso à actividade profissional. Reconhecimento das qualificações profissionais para o exercício da actividade através das respectivas Associações Profissionais. Implementação de seguro de responsabilidade civil por projecto, execução e exploração.	Junho	MEI	ME, MTSS		●	Aprovada em CM de 29.06 proposta de Lei de Autorização Legislativa
188	Eliminar o acto administrativo autónomo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais, vulgo Cadastro Industrial; eliminar a Ficha de Estabelecimento Industrial: MOD.106-DGI/Modelo nº387 (INCM).	Junho	MEI	MAI		●	Aprovado, na generalidade, em CM de 29.06, o DL que concretiza a medida
189	Desmaterializar e simplificar os procedimentos no âmbito da emissão de pareceres nos processos de candidatura às Medidas de Apoio às Actuais Infra-estruturas Associativas na área do Turismo	Junho	MEI			●	Concretizada por força da por força da transferência de competências da DGT para o ITP, por efeito do PRACE
190	Desmaterializar e simplificar os procedimentos no âmbito da emissão de parecer pela Direcção-Geral de Turismo sobre a "substância económica" da reorganização empresarial, na área do Turismo	Junho	MEI			●	Concretizada por via da transmissão electrónica do parecer sectorial para a DGEmpresa
192	Criar um sistema de comunicação on-line entre todas as entidades intervenientes no processo de classificação de projectos de Turismo de Natureza.	Junho	MEI	MAI		●	Concretizada pela entrada em funcionamento de um sistema interno de partilha de informação
193	Eliminar a obrigatoriedade de registo dos directores de hotéis na DGT.	Junho	MEI			●	Aprovado em CM de 29.06. o DL que procede à primeira alteração ao DL n.º 271/82
194	Recolher informação, criar um acervo de minutas on-line e clarificar o processo de licenciamento de empresas para o exercício da actividade de agência de viagens e turismo	Junho	MEI			●	Disponível através de www.dgturismo.pt/
195	Recolher informação, criar um acervo de minutas on-line e clarificar o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de animação turística.	Junho	MEI			●	Disponível através de www.dgturismo.pt/
204	Eliminar o parecer da Direcção-Geral da Segurança Social nos processos de reconhecimento de benefícios fiscais do âmbito do Mecenato Social.	Junho	MTSS	MFAP		●	A redacção do Projecto de Despacho-Conjunto está já em fase de reformulação.
206	SPET@NET Disponibilizar on-line a consulta personalizada dos processos de cobrança de dívidas à Segurança Social, com desenvolvimento de serviços on-line também no âmbito do processo executivo	Junho	MTSS			●	Disponível através de www.seg-social.pt
207	Disponibilizar, no sítio Internet do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, formulários electrónicos para o estabelecimento dos contactos mais fáceis e expeditos entre os contribuintes, os serviços e as diferentes instituições da Segurança Social (informações mais frequentes, agendamento de reuniões...).	Junho	MTSS			●	Falta apenas disponibilizar formulários próprios e respectivos procedimentos para a marcação de reuniões.
209	Criar interface informático para troca de dados com a área do Emprego, possibilitando transferir informação entre o sistema de informação do IEFP e os vários subsistemas do sistema de informação da Segurança Social, com vista a um maior controlo na gestão da prestação de desemprego e a uma maior simplificação do processo de atribuição deste direito.	Junho	MTSS			●	Concretizada pelo interface operacional, disponível desde Março
212	Criar interface informático para troca de informações entre a Segurança Social o Ministério da Justiça e a Câmara dos Solicitadores, para que possam mutuamente aceder, no âmbito de processos judiciais, a elementos de identificação completa e ao domicílio das partes, bem como, no âmbito específico dos processos executivos, a informação de natureza financeira, designadamente no que diz respeito a valores de remunerações, prestações e pensões.	Junho	MTSS	MJ	Outubro	●	Encontra-se em fase de desenvolvimento por um grupo de trabalho que reúne o IIESS do MTSS e o ITIJ do MJ.

ID		DATA PREVISTA	MINISTÉRIO PROPONENTE	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS	REPROGRA-MACÃO	ESTADO	NOTA COMPLEMENTAR
224	Simplificar os procedimentos de candidatura ao Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras e aumentar os efeitos positivos sobre a Qualidade da Formação. Substituir o suporte documental (envio de evidências de cumprimento dos requisitos de acreditação) por um relatório de auto-avaliação com suporte fornecido pelo IOE	Junho	MTSS			●	Disponível através de www.iqf.gov.pt
232	Rever, harmonizar e consolidar o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Territorial (RJIGT): Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.	Junho	MAOTDR		Setembro	●	Esta medida do SIMPLEX contém 15 acções individuais a concretizar em dois momentos: * 1º pacote – medidas de simplificação dos procedimentos de acompanhamento, de concertação e de participação de privados - Setembro de 2006 * 2º pacote – medidas de ajustamento de conteúdos e regimes de alteração/revisão de planos - 2007
233	Simplificar os procedimentos de elaboração e gestão do Cadastro Predial, no sentido de promover maior eficácia ao processo de produção de cadastro multifuncional.	Junho	MAOTDR		Julho	●	Atraso verificado na publicação da RCM que constituiu os Grupos de Trabalho, a qual só foi publicada a 4 de Maio de 2006.
235	Rever, harmonizar e consolidar o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), no sentido de actualizar os conceitos e aperfeiçoar os critérios técnicos.	Junho	MAOTDR		2007	●	Poderia manter-se o compromisso inicial de conclusão em Dezembro de 2006. No entanto, tendo-se verificado, a necessidade de proceder à compatibilização com outros regimes de protecção e com uma Directiva Comunitária que ainda se encontra em preparação, seria preferível adiar esta medida para 2007
236	Rever, harmonizar e consolidar o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (DL 555/99, 16 de Dezembro).	Junho	MAOTDR	PCM	Dezembro	●	Para articulação com a Medida 331
237	Criar um procedimento de avaliação ambiental estratégica de planos e projectos, consagrando a antecipação do momento da avaliação ambiental de projectos por via do procedimento simultâneo de avaliação estratégica de plano com a avaliação ambiental	Junho	MAOTDR		Setembro	●	O impacto no sistema de planeamento passa por uma alteração ao DL 380/99, após a transposição da directiva, o que será associado ao 1º momento de alteração daquele diploma: Setembro de 2006.
238	Concentrar os diferentes instrumentos de financiamento para a reabilitação urbana num programa único. Alteração do regime de acesso ao incentivo ao arrendamento jovem (IAJ).	Junho	MAOTDR			●	Esta medida agrega duas matérias muito diferentes e com prazos de execução distintos, ambos para o 2º semestre
242	Aprovar o novo Guia Técnico da Reabilitação Urbana.	Junho	MAOTDR			●	Concluído o manual técnico a publicar no mês de Julho
243	Harmonizar, no âmbito do Sistema Nacional de Informação dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (SNITURH), minutas e procedimentos com os organismos regionais nos processos de atribuição de concessões do domínio hídrico, visando agilizar os procedimentos e reduzir os prazos de apreciação.	Junho	MAOTDR		Julho	●	Minutas e procedimentos foram já aprovados em reunião realizada, na última semana de Junho, no INAG. Concluídas a 8 de Julho
245	Definir um modelo único de registo electrónico de dados sobre produção de resíduos e de produtos, ou bens colocados no mercado.	Junho	MAOTDR	MTSS, MEI, MADRP	Outubro	●	Os trabalho estão atrasados só podendo ser concluídos em Outubro de 2006
292	Eliminar a obrigatoriedade de emissão e de posse de dois documentos no âmbito das actividades de produção de mosto generoso.	Junho	MADRP			●	Informação disponível em www.ivdp.pt
293	Desmaterializar e simplificar os processos de certificação da denominação de origem "Porto" e "Douro", por emissão electrónica – via portal www.ivdp.pt	Junho	MADRP		Setembro	●	A medida estará operacional durante o mês de Setembro.
294	Desmaterializar e simplificar os processos de emissão de certificados de controlo de qualidade, por emissão electrónica – via portal www.ivdp.pt	Junho	MADRP			●	Informação disponível em www.ivdp.pt
295	Desmaterializar e simplificar os processos de aprovação de rótulos, com aceitação de maquetas por via electrónica.	Junho	MADRP			●	Informação disponível em www.ivdp.pt
296	Desmaterializar e simplificar os processos de emissão de boletins de análise, por via electrónica – portal www.ivdp.pt	Junho	MADRP			●	Informação disponível em www.ivdp.pt
300	Criar um sistema de registo de agentes económicos e de autorização para emissão de passaporte fitossanitário, possibilitando a disponibilização de informação e formulários no ponto único de recolha de informação, a instituir na DRAALG.	Junho	MADRP			●	Informação disponível em www.dgraal.min-agricultura.pt e www.dgpc.min-agricultura.pt
318	Elaborar um "Guia explicativo do procedimento para a redução das obrigações impostas aos proprietários de prédios confinantes ou vizinhos de bens do domínio público ferroviário", com o conteúdo e organização do pedido de redução das obrigações, documentos necessários à instrução do pedido e minutas de requerimento. Disponibilização do guia no sítio da Internet do INTF.	Junho	MOPTC			●	Disponível através de www.intf.pt
319	Elaborar um "Guia explicativo do procedimento para a emissão de licenças para o exercício da actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário". Disponibilização do Guia no sítio da Internet do INTF.	Junho	MOPTC			●	Disponível através de www.intf.pt
320	Elaborar um "Guia explicativo do procedimento para a emissão de certificado de segurança". Disponibilização do Guia no sítio da Internet do INTF.	Junho	MOPTC			●	Disponível através de www.intf.pt

ID		DATA PREVISTA	MINISTÉRIO PROPONENTE	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS	REPROGRA-MACÃO	ESTADO	NOTA COMPLEMENTAR
321	Elaborar um "Guia explicativo do procedimento para a autorização de Construção, Entrada em Serviço e Exploração de Instalações por Cabo para o transporte de pessoas", com o conteúdo e organização do pedido de autorização, os documentos necessários à instrução do pedido e minutas de requerimento. Disponibilização do Guia no sítio da Internet do INTF.	Junho	MOPTC			●	Disponível através de www.intf.pt
322	Exames de Navegador de Recreio e Emissão de Cartas correspondentes. Implementação de um sistema via Internet de recolha de informação on-line junto de Entidades Formadoras da Nautica de Recreio.	Junho	MOPTC			●	Acessível, sob credenciação, através de http://extranet.imapor.pt
327	Indicar, no sítio Internet da REFER, os procedimentos e contactos a estabelecer de acordo com a tipificação dos diversos tipos de pedidos de pareceres/informação para a delimitação do domínio público ferroviário e para a concessão de licenças temporárias para a ocupação de terrenos de domínio público ferroviário.	Junho	MOPTC			●	Disponível através de www.refer.pt
	Junho	57			17		
	TOTAL	332					

ESTADO	
●	Medida não concluída
●	Medida concluída
●	Medida parcialmente concluída
●	Medida retirada do Programa

BALANÇO DO 1º TRIMESTRE	
81	Medidas Programadas
1	Medida retirada do programa
59	Medidas Concluídas
56	Medidas concluídas na totalidade
6	Medidas concluídas parcialmente
74 %	Realização do período de referência

BALANÇO FINAL	
61	Medidas Concluídas
59	do 1º Trimestre
2	do 2º ou 3º Trimestre
271	Medidas não concluídas
23 %	Realização total